

Contas públicas Consultoria estima que medidas já anunciadas pelo governo federal para o Estado nessa ótica somam R\$ 12 bilhões, mas esse número vai crescer

Socorro ao RS pode ter impacto de R\$ 118 bi na despesa primária



Marsília Combata e Rafael Vazquez De São Paulo

O impacto das medidas de apoio ao Rio Grande do Sul sobre a despesa primária do governo central deve ser entre 0,6% e 1% do Produto Interno Bruto, o que significaria gastos de até R\$ 117,8 bilhões, com um governo pró-ativo, segundo projeções da consultoria BRCCG.

Ser pró-ativo significa, segundo a consultoria, ser mais atente que em emergências anteriores, como nos deslizamentos na região serrana do Rio, em 2011. Caso o governo federal siga o padrão de outras tragédias, o gasto primário será de cerca de R\$ 70 bilhões, o equivalente a 0,6% do PIB, no cenário-base de relatório antecipa ao Valor.

Em um contexto de atuação mais conservadora do governo, os gastos seriam de R\$ 48,4 bilhões ou 0,4% do PIB. E, com um governo mais atuante, poderiam chegar a R\$ 117,8 bilhões, o que equivale a 1% do PIB.

“Mesmo um cenário de atuação governamental comedida já traria impactos relevantes. Portanto, a despesa estimada, em qualquer cenário, é significativamente superior ao valor por ora anunciado pelo governo, de R\$ 12 bilhões”, escrevem os economistas Mathews Ribeiro e Lívio Ribeiro, no relatório.

“Por enquanto o governo está sendo prudente ou tímido, e isso não é de todo ruim”, afirmam.

Eles alertam, contudo, que os gastos primários precisarão ser feitos por fora das regras estabelecidas no arcabouço fiscal, “o que levará a um aumento ainda mais rápido da dívida pública”.

“O que tem impacto primário terá impacto na dívida, estando ou

não fora do arcabouço. Há o primário para fins de arcabouço, e a diferença entre receita e despesa primária que, em última instância, é o que alimenta o endividamento”, diz Lívio Ribeiro ao Valor.

Nas estimativas, os economistas não consideraram os impactos sob a ótica da receita, seja relativos ao atraso no recolhimento de tributos, seja por mudanças na base de incidência tributária.

Medidas sem efeito no gasto primário, como uso de recursos do FGTS, linhas de crédito multilateral ou suspensão de pagamentos devidos pelo Estado gaúcho à União, também foram excluídas.

A BRCCG lembra que a extensão da tragédia ainda é desconhecida e poderá ser avaliada somente quando a água baixar. “De toda forma, já fica claro que esta é a maior catástrofe natural da história brasileira; seu custo humanitário, econômico e social será muito elevado”, afirma o relatório.

Ontem, o governo gaúcho informou que as enchentes iniciadas no fim de abril já mataram 157 pessoas no Estado e há 88 desaparecidos. Mais de 20% da população do Rio Grande do Sul (2,34 milhões) foi afetada pelos temporais e há 582 mil pessoas desalojadas de suas casas — 77 mil em abrigos.

A previsão é de mais chuva forte no Rio Grande do Sul a partir de terça-feira (21).

Nas últimas semanas, as medidas anunciadas pelo governo somam cerca de R\$ 62 bilhões, segundo a consultoria — R\$ 12 bilhões são de impacto primário. Mas esses números devem crescer, na projeção dos economistas.

Para fazer essas estimativas, os autores se basearam em eventos de proporção semelhante como o da região serrana do Rio, o rompimento da barragem em Brumadinho em Minas, em 2019, e o furacão Katrina, nos EUA, em 2005.

“A passagem do furacão Katrina pelos EUA é o desastre natural extremo com proporções mais pró-

ximas das que aparentemente serão observadas no Rio Grande do Sul. A área-alvo da assistência do governo americano foi aproximadamente 11% superior à atingida no Sul do Brasil, ainda que a população afetada seja pouco mais de 60% superior”, escrevem.

“A comparação pode ser mais próxima, a depender da quantidade de municípios gaúchos que decretarem calamidade pública até o fim do desastre em curso.”

Os gastos com infraestrutura e recuperação ambiental estimados no relatório têm como base informações da área atingida em desastres prévios, assim como o impacto sobre capital físico e o meio ambiente.

O dano causado pelo Katrina foi estimado em 1% do PIB americano em 2005, segundo o National Oceanic and Atmospheric Administration, 6,1% do PIB brasileiro daquele ano, diz a BRCCG.

“O governo americano aprovou, em 2005, gastos da ordem de 0,8% do PIB dos EUA, ou 4,9% do PIB brasileiro em conversão direta, voltados à recuperação após o furacão. Nos primeiros 16 meses após o desastre, o dispêndio foi da ordem de 0,3% do PIB dos EUA, ou 1,8% do PIB brasileiro”, lembram.

Os deslizamentos de terra decorrentes das chuvas na Serra Fluminense, por sua vez, geraram danos de R\$ 7,9 bilhões, a preços atuais, além de prejuízo econômico associado de R\$ 1,9 bilhão.

Na tragédia de Brumadinho, quando houve o rompimento de uma barragem da Samarco de propriedade das mineradoras Vale e BHP Billiton, a Vale fez um acordo em 2021 com o governo de Minas Gerais, com custo de 0,4% do PIB daquele ano (ou R\$ 37,7 bilhões) para reparação e indenização.

Como são eventos de natureza e magnitude distintas das do Rio Grande do Sul, os economistas se baseiam em hipóteses para fazer uma calibragem dos números.

No caso das despesas com in-



Lívio Ribeiro: “governo está sendo prudente ou tímido, e isso não é de todo ruim”

fraestrutura e habitação, assume-se que 40% das obras ocorrem no primeiro ano após as enchentes, sendo 50% financiadas pelo governo federal.

Para mensurar os gastos com recuperação ambiental são levadas em conta despesas não indenizatórias da Vale em Brumadinho. Assume-se que o gasto por km² seria o mesmo no Rio Grande do Sul, com variação de mais ou menos 25%.

Estimativas feitas pela BRCCG para gastos com saúde e saneamento levam em consideração despesas em diferentes níveis da federação, tendo como base a pandemia da covid-19.

Apesar de ser um choque de características distintas, argumentam os economistas, a pandemia foi “um evento extremo e recente no qual o poder público foi chamado a atuar, enfrentando um estado de calamidade duradouro”. Por ora, considera-se a despesa com saúde do governo federal e estima-se que o gasto per capita nos municípios atingidos pode crescer entre 40% e 60%.

Montantes envolvidos em políticas de crédito, manutenção do emprego e transferência de renda têm como base o desenho de políticas similares adotadas nos

eventos anteriores analisados.

Para crédito, por exemplo, são calculados gastos per capita com cotas de fundo de crédito e financiamento para folha de pagamento no primeiro ano da pandemia.

No que diz respeito a medidas para manutenção do emprego, a BRCCG trabalha com cenário de replicação até o fim de 2024 do Benefício de Manutenção do Emprego e da Renda (BÊM) — programa do governo federal de manutenção do emprego por meio de redução de jornadas e salários na pandemia.

As estimativas para gastos sociais levam em conta o auxílio-reconstrução (voucher de R\$ 5.100 via pix), com a possibilidade de adoção de uma espécie de auxílio emergencial de R\$ 600 ou de salário mínimo para os atingidos.

“O pacote anunciado pelo governo deve ser revisado e estendido ao longo das próximas semanas e meses. Além disso, é provável que várias das medidas, que são caras e de longo prazo, não tenham sido consideradas”, diz o relatório. Até mesmo o Regime de Recuperação Fiscal do Rio Grande do Sul, que já foi flexibilizado, com postergação de pagamentos à União, pode sofrer novas negociações nos próximos meses.

Montantes envolvidos em políticas de crédito, manutenção do emprego e transferência de renda têm como base o desenho de políticas similares adotadas nos

Para analistas, esforços vão seguir nos próximos anos

De São Paulo

A grande maioria dos recursos anunciados pelo governo federal para ajudar o Rio Grande do Sul deve impactar o resultado primário. As exceções são o adiantamento de transferências, o perdão dos juros da dívida do Estado para a União e medidas para garantir a concessão de crédito, afirmam economistas.

Dados do governo federal falam em R\$ 46,2 bilhões disponibilizados até agora para frentes como segurança alimentar, defesa civil, saúde e reconstrução de rodovias. Outros R\$ 14,5 bilhões seriam referentes à promulgação de tributos e à antecipação de benefícios como abono salarial, FGTS, Imposto de Renda, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

Ambos totalizariam R\$ 60,7 bilhões. O montante incluiria ainda medidas de crédito, mas não a suspensão do pagamento da dívida de R\$ 11 bilhões do Rio Grande do Sul por 36 meses nem a isenção dos juros sobre o estoque da dívida nesse período, o que totalizaria R\$ 12 bilhões.

“Tem um grupo de medidas que não representam nada mais que antecipação de pagamentos que já aconteceriam, como abono salarial. Então, não é dinheiro novo e não tem efeito no gasto primário”, afirma Sílvio Campos Neto, economista sênior e sócio da Tendências Consultoria.

Mas tudo o que é despesa nova, diz, acabará impactando o gasto primário e, consequentemente, a dívida.

Ele argumenta, contudo, que a suspensão da dívida não deveria ser contabilizada uma vez que será paga adiante. E o perdão dos juros não terá efeito sobre o gasto primário, mas, sim, sobre a dívida.

As medidas de crédito, na visão do economista, não deveriam ser contabilizadas, uma vez que tratam-se de esforços para fomentar o crédito, e não necessariamente novos gastos.

“Mas esse esforço de reconstrução envolverá um montante significativo [de recursos], que não está claro ainda. Teremos de esperar baixar o nível da água para ter noção do estrago”.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, prevê que, se os gastos efetivos chegarem a R\$ 50 bilhões, o déficit primário neste ano ficaria em 0,8% do PIB. “Com isso a dívida pode chegar a 78,2%, em vez de 77,8% antes da tragédia”, diz. “A questão é que esse é apenas o início do processo e esses são recursos emergenciais de saída da crise. A infraestrutura do Estado terá que ser repensada, e isso continuará demandando esforços nos próximos anos.” (MG e RV)

Medidas de apoio ao RS

Impacto primário sob diferentes cenários - em % do PIB

Rubrica	Base	Governo conservador	Governo atuante
Obras, infraestrutura e habitacional (milhões)	0,14	0,07	0,2
Recuperação ambiental	0,18	0,13	0,22
Saúde	0,12	0,09	0,14
Políticas de crédito	0,06	0,06	0,07
Manutenção do emprego	0,03	0,02	0,05
Recompensação de perda nominal de ICMS e ISS	0,04	0,03	0,06
Gastos sociais e transferência de renda	0,04	0,02	0,29
Total	0,6	0,4	1

Equivale a: R\$ 70 bi R\$ 48,40 bi R\$ 117,80 bi

Fonte: BRCCG

Pessimismo cresce entre empresas de médio porte no país, mostra pesquisa

Luiz Fernando Figliani De São Paulo

A confiança dos empresários de médio porte no Brasil encorreu a primeira metade de 2024 em queda, registrando 43,7 pontos. O indicador ficou abaixo da marca de referência de 50 pontos medida pelo Índice de Confiança de Médias Empresas (ICME), organizado pela Fundação Dom Cabral (FDC).

No segundo semestre do ano passado o índice estava em 45 pontos. Essa redução, segundo a fundação, foi impulsionada pela baixa de 2,3 pontos nas expectativas futuras das companhias.

“O ICME reflete, portanto, uma visão ampla da percepção dos empresários das médias empresas sobre a economia e o ambiente sociopolítico brasileiro, o setor em que atuam e a própria realidade interna”, explica Aurea Ribeiro, líder do ICME e professora da FDC.

Nos setores da economia, o comércio mostrou melhora em relação às condições atuais (ICA), passando de 39,3 pontos do segundo

semestre de 2023 para 39,8 no início de 2024. Nas expectativas futuras (IFE), houve queda de 46,2 para 44,8 no setor. A indústria e os serviços tiveram recuo na confiança tanto nas condições atuais quanto nas expectativas futuras.

A professora da FDC explica que essas quedas de confiança estão ligadas às mudanças no ambiente político, social e econômico do Brasil, que afetam diretamente como os empresários decidem investir em seus negócios.

“E se ele estivesse em um ambiente de mais confiança, o quanto ele ainda investiria? Quanto melhor o ambiente de negócios, mais ele vai se sentir confiante para investir e poder ampliar.”

De acordo com a pesquisa, o crescimento foi impulsionado por serviços, com aumento no faturamento de 59%. Um terço das empresas aumentou a quantidade de trabalhadores — houve, em média, um crescimento de 1,51% nas contratações.

Segundo a FDC, nos próximos seis meses há um otimismo nos ganhos, contratações e intenção de investimentos. A perspectiva é de 7,74% de crescimento no faturamento e aumento de 1,42% na força de trabalho, sendo que 68% das empresas esperam realizar mais contratações que demissões.

Em relação aos investimentos no primeiro semestre de 2023, as médias empresas esperavam investir 3,99% do faturamento bruto anual no negócio, e, no segundo semestre, 4,23%, mantendo um patamar similar (4,3%) no segundo semestre de 2024.

Mais de 98% dos quilombos no Brasil estão ameaçados, diz estudo inédito

Daniela Chiaretti De São Paulo

Quase todos os Territórios Quilombolas no Brasil estão sob pressão de obras de infraestrutura planejadas e sofrem sobreposição de cadastros de imóveis rurais e requerimentos minerários. Segundo o Censo 2022 existem 494 Territórios Quilombolas (TQ) oficialmente reconhecidos no país — mais de 98% estão ameaçados.

Tais como as Terras Indígenas, os TQ estão entre as áreas mais conservadas do país. Levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) mostra que “praticamente todos os quilombos no Brasil estão impactados por algum vetor de pressão, evidenciando a violação dos direitos territoriais das comunidades quilombolas”, diz o pesquisador do ISA Antonio Ovidio, responsável pelo estudo.

A nota técnica identifica 485 TQ pressionados em 1,9 milhão

de hectares pela sobreposição com áreas de influência direta de obras de infraestrutura planejadas, 15.339 cadastros de imóveis rurais (1,14 milhão de hectares incidentes) e 1.385 empreendimentos minerários (781,4 mil hectares incidentes). No total, os TQ ocupam 3,8 milhões de hectares ou 0,5% do território nacional. Ali está 0,6% da vegetação nativa do Brasil. Dos 494 TQ com limites oficialmente reconhecidos, 347 (70%) se encontram em processo de titulação. Os territórios da região Centro-Oeste têm mais da metade da área afetada por obras de infraestrutura. O quilombo Kalunga do Mimoso, no Tocantins, tem 100% de sua área em sobreposição com três empreendimentos planejados — uma rodovia, uma ferrovia e uma hidrelétrica.

É também no Centro-Oeste que estão os quilombos mais pressionados por requerimentos minerários. O território Kalunga, em Goiás, é o mais ameaçado. Ali existem 180 requerimentos em sobreposição a 66% da área do TQ

Mais de 15 mil Cadastros Ambientais Rurais (CAR) foram sobrepostos a quilombos, principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste. O CAR é um instrumento de registro de imóveis rurais que tem por objetivo mostrar passivos e ativos ambientais das propriedades — não é título de terra.

Segundo o MapBiomas, em 38 anos os TQ perderam apenas 4,7% da vegetação nativa. Nas áreas privadas, em comparação, a perda foi de 17% no mesmo período.

“As florestas, a água, os animais e toda forma de vida são cuidados pelos quilombolas, segundo os ensinamentos ancestrais. Todas as vidas importam em um quilombo”, diz Francisco Chagas, da Conaq, em nota à imprensa.

Entre os impactos ambientais que afetam os TQ, estão o desmatamento, a degradação florestal e os incêndios, além da perda de biodiversidade e degradação de recursos hídricos pela exploração mineral e atividades de agricultura e pecuária no entorno”, diz a nota à imprensa.